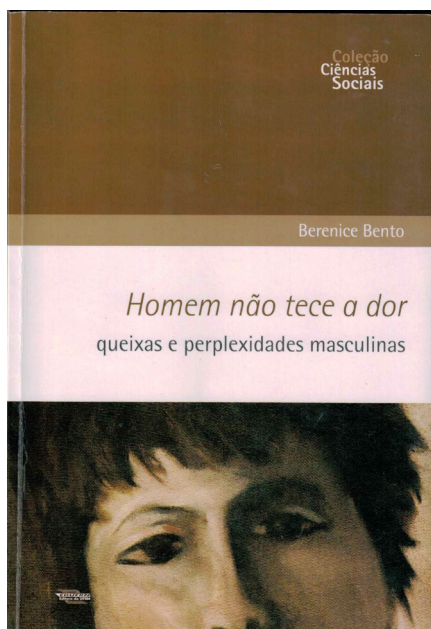


RESENH DE LIV

RESENHAS
DE LIVROS



HOMEM NÃO TECE A DOR: QUEIXAS E PERPLEXIDADES MASCULINAS. Editado por Berenice Bento. Natal: EDUFRN, 2012.

Edyr Batista de Oliveira Júnior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, PPGA/UFGA. Bolsista da CAPES.

O livro *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas* é a publicação da dissertação de mestrado de Berenice Bento – socióloga formada pela Universidade de Brasília. Segundo a autora, sua dissertação – defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, sob orientação do professor Dr. Carlos Martins – foi a primeira a estudar a temática da masculinidade na sociologia brasileira (p. 8).

O trabalho trata de uma representação de masculinidade que questiona

os valores, comportamentos e práticas associadas à masculinidade hegemônica e, assim, reelabora outra prática discursiva masculina mediante as relações entre e intragêneros. Contudo, faz uma ressalva: não pretende fazer generalizações sobre a identidade masculina e nem das relações de gênero no Brasil, mas visa refletir sobre como os homens com quem conversou estruturam as narrativas que dão sentido as suas práticas.

Para tanto, a partir de uma análise qualitativa e do discurso, conversou com 15 homens e sete mulheres, pertencentes à camada média urbana brasileira, sem especificar, contudo, o lugar onde realizou a pesquisa. No entanto, o grupo com quem dialogou possui características que os diferenciam de outros e, mesmo, daqueles enquadrados na categoria “camada média”. Desse modo, Bento chama atenção para a multiplicidade de realidades que pode haver nas classificações de classe social, o que implica a apropriação de múltiplos códigos culturais (p. 12). Além disso, essas pessoas são intelectualizadas, psicologizadas e possuem uma conduta individualista (não de egoísmo, mas de indivíduo).

O caráter psicologizado dos indivíduos torna-se importante para a pesquisa uma vez que, por meio de terapias que os sujeitos se submeteram, além de outros fatores que a pesquisadora aponta nos capítulos a seguir do livro, contribuiu para que os mesmos passassem a questionar e repensar suas condutas até então pautadas pela ideologia hierárquica da masculinidade hegemônica:

“Os homens, principalmente, se-

param suas vidas em dois momentos: antes e depois da terapia. Antes, quando eram dominados pelas regras e normas sociais que lhes eram impostas e depois, quando eles começam a descobrir o seu verdadeiro “eu”, ocultado pelas interdições sociais” (p. 25).

Em vista disso, durante seu trabalho tenta demonstrar que, em nível das estruturas mentais, as mudanças nas relações de gênero são lentas.

O livro está dividido em seis capítulos. No primeiro, a autora fala sobre a construção da pesquisa. Para montar sua rede de interlocutores, Bento trabalhou com a metodologia de *network extenso*, pois algumas pessoas dessa rede se conheciam (p. 35). Além disso, a questão geracional foi um fator importante, pois inseriu esses indivíduos na conjuntura da década de 1960/70, proporcionando nesses interlocutores um questionamento a hierarquia de gênero e uma prática discursiva voltada à igualdade. Conversando com homens e mulheres, por meio de um questionário semiestruturado, Bento procurou discutir suas hipóteses, mas, igualmente, verificar outras questões da vida de seus, como os denominou, “colaboradores”. Antes da realização das entrevistas, ela fez um “teste”, tanto do roteiro elaborado quanto de sua própria conduta enquanto pesquisadora. Desse modo, pôde considerar melhor questões voltadas ao local das entrevistas, à utilização do gravador e às próprias perguntas (p. 32).

O capítulo dois é mais teórico e versa sobre a discussão da categoria “gênero”. É nessa parte do trabalho que a

autora discute o contexto de surgimento dos estudos de gênero e fala-nos da mudança de nomenclatura de “estudos de mulheres” para “estudos de gênero”. Para Bento, “A mudança da terminologia não representou uma mudança no olhar para o tema” (p.49), pois “não basta mudar o nome do campo de estudo, urge definir novas abordagens metodológicas” (p. 50).

Em sua análise, a socióloga contrapõe uma perspectiva universalista das relações de gênero, a partir de “Estrutura familiar e personalidade feminina”, de Nancy Chodorow, “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”, de Sherry Ortner e “A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica”, de Michelle Rosaldo, com uma perspectiva mais múltipla e diferenciada, tendo como base o texto “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott.

Bento conclui essa parte refletindo sobre a necessidade de se pensar os estudos de gênero, considerando-se as especificidades dos grupos analisados e não os vendo de uma perspectiva universalista. Também, mostra a necessidade de se pesquisar nesse campo levando em consideração, o que atualmente chamamos de “marcadores sociais da diferença”, mas que dentro de sua linguagem sociológica, denominou de “outras variáveis sociais” como idade, classe, “raça”/etnia. Desse modo, ela pensa o gênero interseccionado por algumas variáveis e como categoria relacional entre e intragêneros.

A autora trabalha, ainda, a construção das identidades dos homens e mulheres

no capítulo três, focando na constituição do gênero masculino em contextos sociais determinados. Ela discorre, brevemente, sobre o início dos estudos sobre masculinidade na década de 1970 e sua sistematização na década de 1980, procurando demonstrar a existência de múltiplas representações de masculinidades. Ela transcorre também sobre o modelo de masculinidade hegemônica, relacionando-o ao poder exercido na relação entre homens-mulheres e homens-homens.

É diante dessas relações que a autora define seus colaboradores como executores de uma “masculinidade crítica”, no sentido de refletirem, discordarem do modelo de masculinidade tradicional e, assim, exercerem uma prática discursiva que procura se diferenciar daquele padrão convencional e imposto.

Destarte, as mudanças nas subjetividades masculinas são discutidas por Bento no capítulo quatro. É por meio de uma nota de rodapé, no início desse capítulo, que melhor compreendemos o que ela entende por “subjetividade” e, também, a importância dos sujeitos da pesquisa terem alguma experiência em “terapias”: “Quando se fala em subjetividade refere-se ao nível imaginário, às emoções, às fantasias, aos desejos, aos medos pertencentes a cada sujeito” (p. 103, nota 55).

Esse momento de reflexão do eu, via atividades “psi” contribui para que esses homens passem a questionar o modelo de masculinidade tradicional apreendido durante a socialização primária. A terapia, portanto, tornou-se impor-

tante para esses homens, pois foi por meio dela que eles puderam questionar e procurar mudar comportamentos masculinos hegemônicos que lhes foram ensinados na infância. Em virtude disso, foi-lhes possível liberar seu lado feminino que havia sido reprimido nesse processo inicial (p. 125).

Assim, nesse capítulo, ela trata de como as mudanças de caráter macro interferem nas relações sociais dos sujeitos. No caso de seus colaboradores que têm entre 40 e 50 anos, leva em consideração as transformações ocorridas no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek.

A autora além de reforçar que as mudanças nas subjetividades masculina e feminina acontecem de forma lenta, mostra ainda o embate entre os valores tradicionais – apreendidos durante a socialização primária – e os modernos – mediante contatos com outros mundos sociais e valores e com os momentos de terapia. Deste modo, Bento procurou entender como o “habitus masculino” (p. 112) é questionado por seus interlocutores e quais os conflitos e mediações envolvidos nessa relação.

No capítulo cinco de seu livro, Bento trata mais detidamente sobre as relações de poder nas relações de gênero. Devido à presença contraditória da ideologia hierárquica e da ideologia igualitária, tanto na subjetividade masculina quanto na feminina, ela identifica uma contradição na relação das pessoas com quem conversou, pois há momentos em que se busca construir o relacionamento pautado na igualdade entre os sujeitos; contudo, noutros

pontos, relacionados à intimidade, por exemplo, essa igualdade toma ares de projeto.

Diante disso, para os homens, a postura das (ex)companheiras é apontada como uma das dificuldades à concretização da relação de igualdade, principalmente no âmbito doméstico, mais especificamente na cozinha, visto por muitas mulheres como território exclusivamente feminino. Esse embate é utilizado pela autora como um dos exemplos do exercício de poder nas relações de gênero. Assim, homens e mulheres têm dificuldades em colocar em prática, de forma total, o relacionamento igualitário.

Esclarecendo um pouco mais a relação igualitária, Bento nos diz que uma de suas características é a negociação por meio do diálogo. Mas, o diálogo também tem outro lado – o silêncio. Este é manifestado, principalmente, na relação sexual quando esta não se realiza por negação da companheira – um direito que ela tem – provocando, assim, por parte dos homens, “uma busca de reflexão e racionalização dos atos” (p. 148).

Em vista dessas questões, a autora demonstra-nos que há uma inversão nas representações de gênero, ocasionado por novas maneiras desses homens e mulheres analisados se relacionarem. Por isso, é interessante como, partindo de suas realidades, os homens da pesquisa desconstruem os valores negativos associados às mulheres. Desse modo, sensibilidade e afetividade, por exemplo, são positivados e buscados por esses sujeitos masculinos.

Bento ainda chama a atenção para o realocamento ao universo feminino de características como garra, determinação, energia, racionalidade, dentre outras, tipicamente convencionados pertencentes ao universo masculino.

Na parte final do livro, a autora procura responder o que tem provocado mudanças pelo que tem passado os homens em suas subjetividades. Segundo a autora, a liberação feminina e a ideologia igualitária contribuíram para a nova organização das subjetividades e estruturação das relações de gênero. No entanto, a concomitante presença da ideologia igualitária com a ideologia hierárquica provoca algumas crises nas relações dos sujeitos.

A partir das mudanças macro e microsociais, como dito outrora, os homens passam a refletir e reconstruir a sua maneira de ser homem. Contudo, ressalta a autora, essa não é uma mudança que ocorra de forma rápida, tornando-se lenta por estar ligada à mente, à subjetividade, ao habitus desses sujeitos.

Nesse ponto das mudanças macrosociais, Bento discorda de Nolasco quando para este as mudanças ocorridas nas subjetividades masculinas não se deram devido à inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que, para a socióloga, esse fato teve sim reflexo nas relações entre os gêneros, pois:

“Como as diferenças que existem na relação de gênero são construídas histórica e culturalmente, com a mudança em um dos lados, o outro tende a se posicionar, seja afirmado, negando ou ainda buscando se situar e encontrar sua identidade de gênero, no panora-

ma mais geral das transformações nas identidades sociais” (p. 168).

Assim, as experiências que ambos tiveram no mercado de trabalho, na vida pública, nos movimentos sociais, universidade – que compõem suas biografias – contribuíram para outra visão das relações entre os sujeitos; comportamentos, valores e práticas passaram a ser questionados e homens e mulheres começaram a conviver, a negociar suas ações dentro de uma relação “tradicional-moderna”.

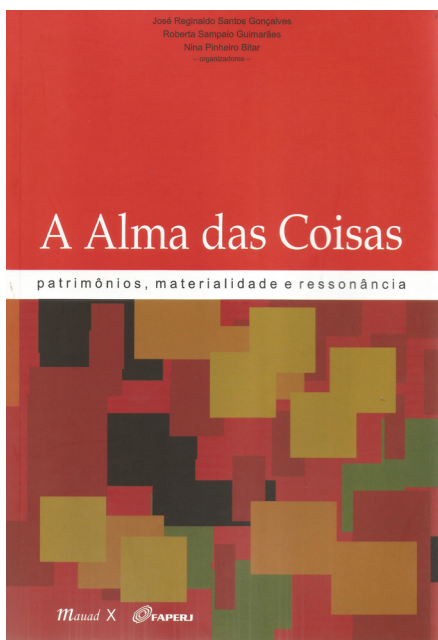
Em virtude disso, para se compreender a maneira que cada entrevistado lida com a ideologia hierárquica e igualitária, é necessário, segundo a autora, considerar suas histórias de vida; por isso, a partir da biografia dos entrevistados, Bento formula três grupos de homens: 1) homens participantes de movimentos alternativos, os quais vêem homens e mulheres como iguais; 2) homens que participaram de organizações e partidos de esquerdas e pensam homens e mulheres como diferentes, mas que isso não justifica a dominação masculina e a desigualdade entre os gêneros; e, 3) aqueles homens que não participaram de nenhum tipo de movimento questionador e, por isso, a insatisfação e reflexão sobre os comportamentos masculinos é recente e suas relações com as mulheres muito guiadas pela ideologia hierárquica (p. 188).

Para concluir, Bento mostra que, para alguns homens, as conquistas femininas proporcionaram ganho para eles, pois a partir disso foi necessária uma reflexão e posicionamento desses sujeitos sobre os comportamentos, va-

lores e práticas associadas à masculinidade hegemônica, não somente na relação homem-mulher, mas, também, homem-homem.

Isto ocasionou uma redefinição das identidades de gênero, mas não sem conflitos e crises internas e externas, principalmente, porque esses homens convivem com dois mapas, um tradicional, hierárquico, devido à socialização primária; e outro moderno, igualitário, ocasionado pelas mudanças macrossociais, suas histórias de vida e as terapias que fazem. Assim, a subjetividade desses homens é organizada por meio de questionamentos e reflexões – o que ela denominou de “endo-referência” – contribuindo, portanto, para um “processo de descondicionalização” (p. 196).

A autora ressalta, mais uma vez, a não pretensão de fazer generalizações com seu trabalho e lança o desafio para o amadurecimento sociológico da problemática. De modo geral, Bento é bem convincente ao nos mostrar as mudanças pelas quais têm passado alguns sujeitos masculinos, sobretudo, em suas subjetividades. A temática da masculinidade merece outras abordagens e aprofundamentos. Por isso, as pessoas que lerem o texto de Berenice Bento poderão ser seduzidas para a temática de forma a empreender pesquisas, não somente na área sociológica, mas antropológica, histórica, política, etc., pois as possibilidades são inúmeras.



A ALMA DAS COISAS: PATRIMÔNIO, MATERIALIDADE E RESSONÂNCIA, organizado por José Reginaldo Santos, Nina Pinheiro Bitar e Roberta Sampaio Guimarães. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2013.

Jaqueline Pereira de Souza

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, PPGA/UFPA. Bolsista da CAPES.

O livro *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância* é constituído por um conjunto de dez capítulos que, em sua grande maioria, são trabalhos de egressos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujas temáticas estão relacionadas aos objetos enquanto mediadores nos contextos culturais nos quais se apresentam. Os direcionamentos do

livro encaminham-se para a perspectiva teórica da cultura material, abordada principalmente a partir de Arjun Appadurai (2008), Alfred Gell (1998) e Anette Weiner (1992).

À guisa de explicação, a resenha mantém a mesma ordem da linearidade dos capítulos, por perceber que a escolha articulada de sua disposição se faz para pensar cada um em conexão ao outro, criando concatenação temática sobre as “coisas” que possuem “alma”.

Inicialmente, em “O sorriso irônico dos budas: demolição e patrimônio no vale sagrado de Bamiyan”, é elaborada a discussão acerca da destruição daquilo que é considerado patrimônio pela Unesco, mas que assume contornos políticos que extrapolam as fronteiras patrimoniais. A particularização traçada pela presença de budas em território afegão vai se (re)dimensionando, com o passar dos séculos e governos ditatoriais e, ao serem destruídas como protesto dos talibãs, “retomam” algo mais amplo do que a ausência das estátuas. Afora, pinturas e cavernas que remetem à anterioridade da construção das estátuas, o pertencimento é reforçado via marcadores identitários tanto dos povos do entorno das esculturas, considerando-as protagonistas de suas histórias, como daqueles que, de maneira substancial, consideram a destruição como (re)afirmação de suas presenças.

A (re)afirmação das presenças – anteriormente “esquecidas” – é constatada como símbolo de resistência étnica no capítulo seguinte: “O encontro mítico de Pereira Passos com a pequena África: narrativas de passado e as formas de

habitar na zona portuária carioca”, em que as formas de organização e ordenamento do que seja “patrimonizável” pelos órgãos públicos são claramente destoantes daquilo que é tido como sentido pela comunidade, que não faz questão de ter a história “cristalizada” em um passado ibérico que anula a persistente constância dos povos africanos submetidos à diáspora. E, por falar em resistência étnica, temos a culinária como intercessora da cultura dos povos africanos por intermédio do ofício da “baiana de acarajé”, no qual é possível compreender o *savoir-faire* da tradicionalidade e as representações cosmológicas do Candomblé, pelo caráter distintivo e potencializador da experiência ritual entre comida-religiosidade, que atravessam as esferas do público e privado, em um contexto de sacralidade descrito no capítulo “Patrimônio e dádiva: as baianas de acarajé no Rio de Janeiro”.

Roger Sansi, ao abordar a sacralidade das pedras *otã* no capítulo “A vida oculta das pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé”, cria uma perspectiva tríade – materialidade, historicidade e territorialidade –, que institui e formaliza os poderes das *otã* e, por estarem ocultas nos terreiros, marcam presença totalizadora em relação à pessoa a qual a pedra se conecta, fazendo parte dela mesma em um elo indivisível criando, assim, um poder de agência que supera os limites da reificação. O capítulo nos mostra como um objeto pode absorver valores diversificados ao longo do tempo, variando de armamento à obra de arte, as *otã* ilustram o contexto social baiano, dentro e

fora dos terreiros de candomblé.

E, por falar em diversidade de valores, temos em “Bandeiras e máscaras: sobre a relação entre pessoas e objetos materiais nas folias de reis” dois objetos (bandeira e máscara) que integram tanto o mundo do sagrado como o do impuro, que, ao se circularem, mantêm os seus papéis sociais definidos, bem como as fronteiras ritualísticas que as vinculam aos processos de mediação entre sujeito-objetos-divindades reforçando com festa e donativos às graças pelas demandas atendidas.

Algo que não pode faltar nas festas em agradecimento às divindades pelos indultos recebidos, seja como maneira de manter a presença dos participantes, seja como sinal de grandeza do evento é a comida. Em “À mesa com os santos: a noção de ‘fartura’ nas folias de Urucaia (Minas Gerais)”, a prática dos banquetes como atrativo festivo se relaciona ao dar-receber-retribuir de Mauss (2003) e ao *keeping-while-giving* (Weiner 1992), fazendo o *approach* entre os santos e os homens, mediados pela oferta da comida em fartura, logo, o seu ponto oposto, a escassez, traz insucesso e maldizeres aos organizadores da festa: a liminaridade (Turner 1974), que os transforma de bons anfitriões em fracassados, marca a ambiguidade dos eventos sociais que incluem distribuições de alimentos.

Os três capítulos, que antecedem o último, contemplam a relação entre o objeto e seu papel em museus.

Em “Uma biografia do *kàjre*, a machadinha *krahô*”, narra-se o trajeto do *kàjre* desde a retirada do Museu Paulis-

ta até o retorno à comunidade indígena *kerabô*. A partir da narrativa, é possível ver a renovação cultural, pois a machadinha é elemento central nos mitos *kerabô* e, ao sair de seu contexto, leva consigo sua essência enquanto objeto vivo que precisa circular, movimentar-se. Em um espaço diferente, no caso o Museu, o *kajre* é “impossibilitado” de praticar suas funções, tendo negada sua agência (Gell 1998) como objeto mediador das práticas que se referem à cultura *kerabô*. Porém, a mesma machadinha ganha novos valores, agora é obra de arte no museu e, ao retornar às origens, traz o novo status consigo.

Outro objeto que transitou na tríade hermenêutica, símbolo cultural-obra de arte-resistência cultural, foi a boneca Dona Joventina que, de participante do carnaval recifense tal como símbolo do *Maracatu Estrela Brilhante*, foi levada aos Estados Unidos (pela antropóloga Katarina Real) como modo de fugir da devastação sofrida pelas nações de maracatus (durante o regime militar). Com isso, ganhou a autonomia de escolher retornar ao Brasil e fixou moradia no Museu do Homem do Nordeste.

Os conflitos apresentados em “As moradas da calunga Dona Joventina: objetos, pessoas e deuses nos maracatus de Recife” expõem as visões dos participantes dos dois maracatus *Estrela Brilhante* na perspectiva de singularização da boneca em sua aprovação coletiva (Kopytoff 2008), além de mostrar percepções construídas acerca do itinerário dessas bonecas.

No caso dos cazumbás da festa do bumba-meu-boi no Maranhão, o tra-

balho “Entre a roda de boi e o museu: um estudo da careta de cazumbá” apresenta a relação familiar da autora Flora Moana Van de Beuque com o Museu Casa do Pontal (RJ), chamando a atenção para os sentidos entrelaçados das máscaras de cazumbá com sua função estética (museu) e função performática (festividade).

O último capítulo do livro “A morada e a casa: materialidade e memória no processo de construção do patrimônio familiar” ultrapassa a discussão dos objetos ao produzir uma discussão sobre os espaços que guardam lembranças e memórias materializadas em duas casas que ao serem destruídas, trouxeram à tona histórias que narram um passado de dores e dissabores familiares, mas que de alguma forma são amenizados nas escolhas de objetos que sairão desses espaços para outra casa e para uma nova (porém contínua) vida.

O valor da obra reside em ultrapassar as fronteiras das pesquisas sobre o Patrimônio, de suma importância à Antropologia, pois o conjunto dos capítulos indica claramente as diferenças entre a materialidade/imaterialidade, sendo possível pensá-las em complementariedade, articulando a ênfase aos objetos para atingir a *alma das coisas*.

REFERÊNCIAS

- Appadurai, A. 2008. Introdução: mercadorias e a política de valor, in *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Organizado por A. Appadurai, pp. 15- 87. Niterói: EdUFF.
- Gell, A. 1998. *Art and agency: an anthro-*

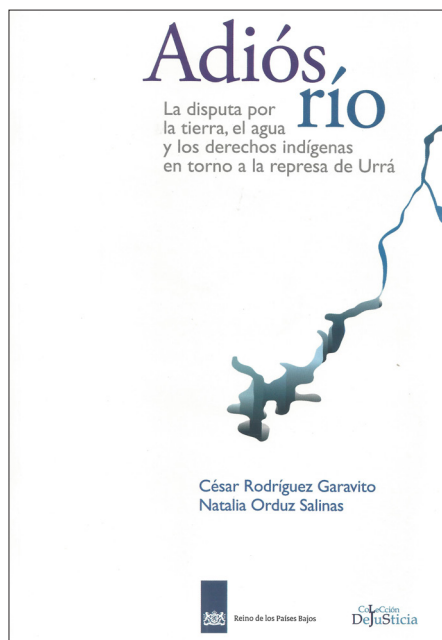
polological theory. Londres/Nova York: Oxford/Clarendon Press.

Kopytoff, I. 2008. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo, in *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Organizado por A. Appadurai, pp. 89-121. Niterói: EdUFF.

Mauss, M. 2003. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

Turner, V. 2013. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes.

Weiner, A. B. 1992. *Inalienable possessions: the paradox of keeping-while-giving*. Berkeley: University of California Press.



ADIÓS RÍO: LA DISPUTA POR LA TIERRA, EL AGUA Y LOS DERECHOS INDÍGENAS, organizado por César Rodríguez Garavito e Natalia Orduz Salinas. Bogotá: Colección Dejusticia,

2012.

Rodrigo Magalhães de Oliveira

Membro do Centro de Informação da Consulta Prévia. Programa de Pós-Graduação em Direito, PPGD/UFGA. Bolsista da CAPES.

Adiós río: la disputa por la tierra, el agua y los derechos indígenas resgata uma história que se tentou silenciar, submersa no fundo do reservatório da Usina Hidrelétrica de Urrá. O livro trata dos acontecimentos que permearam a construção da hidrelétrica de Urrá, no rio Sinú, Colômbia, além de discorrer em relação aos seus reflexos sobre o povo indígena *Embera-katio*, que teve parte do seu território inundado para a formação da represa.

A partir do estudo de documentos do licenciamento ambiental, de notícias em jornais e de entrevista com lideranças indígenas, defensores de direitos humanos, funcionários públicos, pesquisadores independentes e acadêmicos, os autores investigaram os meandros políticos e jurídicos da construção, na tentativa de compreender o processo de conversão de territórios indígenas em fronteiras econômicas que vem ocorrendo na Colômbia.

Duas circunstâncias “atravessam” a narrativa: de um lado, a arbitrariedade do governo federal colombiano, que violou a legislação nacional e internacional, não dialogou com os atores locais e despeitou acordos com os *Embera-katio* para a minimização dos impactos; de outro, a resistência do povo *Embera-katio* à construção. O embate é envolvido na trama do conflito armado

na Colômbia, em que a guerrilha e grupos paramilitares disputam o controle do território e das rotas estratégicas para o narcotráfico.

Embora estejam presentes especificidades do contexto colombiano, o livro vai além das fronteiras geográficas do país e torna-se referencial importante para todos que desejam estudar a tentativa de transformação da Amazônia em fronteira energética. Por essa razão, os autores observam que a história de Urrá é, a um só tempo, “única” e “típica”. Única por reunir elementos próprios da realidade colombiana na virada do século XXI: o conflito armado, a judicialização da política, a luta pela terra, o narcotráfico, a Constituição de 1991. Típica porque é crescente a quantidade de represas nos rios latinoamericanos, nas quais as violações de direitos humanos seguem passos similares: (1) desrespeito à legislação ambiental, (2) falta de transparência no projeto; (3) deslocamento compulsório das populações locais; (4) impactos graves sobre povos indígenas; e (5) ausência de consulta prévia, livre e informada a estes povos.

A consulta prévia aos *Embera* assume papel relevante no livro. Foi via intervenção no processo judicial perante a Corte Constitucional Colombiana, exigindo a consulta prévia, que os autores se aproximaram dos interlocutores *Embera*. Ambos os autores possuem experiência no tema. César Rodríguez Garavito é advogado e sociólogo, possui mestrado em Direito e Sociedade pela Universidade de Nova Iorque, em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison e em Filosofia

pela Universidade Nacional da Colômbia. Gravito é diretor do Programa de Justiça Global e Direitos Humanos da Universidad de Los Andes e membro fundador do Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad. Natália Orduz Salinas é advogada e pesquisadora em direitos humanos e biodiversidade.

Para permitir a compreensão contextualizada dos acontecimentos, os autores situam as iniciativas estatais para a construção de Urrá no contexto do conflito armado na Colômbia e no histórico de ocupação territorial da região do Alto Sinú, marcado pela violência e pelo deslocamento das populações locais. A viabilização de Urrá está nos planos do governo colombiano desde 1942, quando os representantes Miguel de la Espriella e José Miguel Amín apresentaram ao Congresso proposta de projeto hidrelétrico no Alto Sinú. Além da geração de energia, a barragem materializava a promessa de desenvolvimento local para a Costa Atlântica colombiana – região historicamente à margem das políticas nacionais – e de controle das constantes inundações que assolavam a população do município de Córdoba.

Os primeiros estudos de impactos produzidos, ainda na década de 80, apontavam que a represa inundaria parte do território ocupado pelo povo indígena *Embera-katio*. Desde então, sob a ótica do governo e da classe dirigente local, os indígenas se tornaram o principal obstáculo à construção. Em 1999, *Kimy Pernía Domicó*, liderança *embera*, denunciou a falta de diálogo do governo federal com o seu povo:

“[d]esde hace casi 40 años se viene hablando de Urrá. Pero en el sector eléctrico no se hablaba de los emberas. Era como si no existiéramos. Los ingenieros pasaban por nuestros tambos, por el territorio de nuestra propiedad, pero nunca escribieron que fuéramos personas con derechos. Servíamos para la foto” (p. 47).

Contrariando o parecer do órgão ambiental *Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente* (Inderena), que declarou a inviabilidade ambiental do empreendimento, foi editado o *Plan de Expansión del Sector Eléctrico*, documento que definiu as prioridades do governo nacional para o setor elétrico entre os anos de 1986-1990 e que elegeu o *Propósito Múltiplo de Urrá I* como prioridade nacional. Sob nova gestão, o Inderena alterou seu parecer e expediu termo de referência para licitação pública do projeto, incluindo disposições preventivas dos impactos socioambientais.

Observam os autores que dois novos fatos influenciaram o projeto de Urrá no início da década de 90 do século XX: o primeiro foi a Constituição colombiana de 1991, que trouxe avanços importantes na defesa do meio ambiente e teve como marco o multiculturalismo; ao lado da Constituição, está a *Convención N.º. 169 da Organización Internacional do Trabajo (OIT)*, que entrou em vigor no país em agosto de 1992, prevendo, dentre outros direitos importantes, o direito à participação e à consulta prévia, livre e informada sempre que medidas legislativas ou administrativas afetem diretamente povos indígenas.

A expectativa era de que os novos marcos jurídicos conseguissem frear ou modificar o projeto, reduzindo seus impactos e garantindo a consulta aos *Embera*. Todavia, o apagão elétrico de 1992 deu o impulso final para que o governo construísse a Usina e, em 1993, a empresa privada de capital público Urrá S.A. deu início às obras.

O descumprimento das condicionantes socioambientais exigidas pelo Inderena e dos acordos firmados com os *Embera* intensificou a mobilização dos indígenas. No entanto, a designação, em 1995, de *Simón Dominicó* como representante dos indígenas perante o Estado e a empresa Urrá S.A. marcou o início da ruptura dos *Embera*, que teve sua organização cada vez mais ramificada. A empresa valeu-se das divergências internas do povo para negociar e aprovar acordos de seus interesses com setores específicos. A comunidade se dividiu em dois posicionamentos majoritários: a *Alianza dos Cabildos Menores*, disposta a dialogar com a empresa para decidir compensações; os *Cabildos Maiores do rio Verde e rio Sinú*, radicalmente contrários ao projeto.

As obras foram finalizadas. Para o enchimento do reservatório, a Urrá S.A. teria que solicitar a ampliação da licença em vigor. A Procuradoria, o Ministério do Interior e Ministério do Ambiente destacaram que a concessão de nova licença dependeria de consulta prévia, livre e informada ao povo *Embera*. As primeiras reuniões de consulta ocorreram no início de 1998 e foram marcadas pela oposição dos indígenas à hidrelétrica. Grupos paramilitares interessados no projeto ameaçavam e

agiam contra as lideranças opositoras.

O Presidente Ernesto Samper, temendo que a consulta adiasse o enchimento de Urrá para após o encerramento de seu mandato, expediu o Decreto N°. 1320, de 13 de julho de 1998, para regulamentar a consulta prévia e fixar prazos rígidos para a conclusão dos processos de consulta. A comunidade reagiu e ajuizou uma Ação de Tutela pedindo que o Decreto fosse desconsiderado para o seu processo de consulta. Também, foi solicitada a realização de estudos que revelassem os verdadeiros impactos do enchimento do reservatório.

Em decisão sem paralelo no direito internacional, a Corte Constitucional suspendeu o enchimento do reservatório e, em seguida, condicionou a nova licença à consulta prévia, livre e informada aos *Embera*. Julgando o Decreto N°. 1320 contrário à Constituição e à *Convenção N°. 169*, entendeu-se que a consulta deveria preceder tanto a construção da barragem quanto o seu enchimento. No primeiro caso, como o fato se consumou sem consulta, a Corte exigiu o pagamento de indenização. No segundo, determinou a realização de consulta e conferiu ao Estado o poder de tomar a decisão, caso não houvesse acordo. Também foi determinado o pagamento de indenizações individuais durante 20 anos aos *Embera*.

Em nenhum momento a consulta ameaçou o projeto, pois, limitou-se a discutir mitigações e compensações, como observam os autores. Ao final da consulta, em 5 de outubro de 1999,

o Ministério do Ambiente expediu a Resolução N°. 0838, autorizando o enchimento e funcionamento da represa. Com o alagamento de parte do seu território e a intensificação dos impactos, os *Embera* organizaram uma grande mobilização. Ao final de novembro de 1999, marcharam de seu território até Bogotá, onde acamparam em frente ao Ministério do Ambiente.

A mobilização já durava mais de quatro meses quando o governo cedeu e negociou. No acordo, o governo se comprometeu a implementar medidas compensatórias e a não executar o Projeto Hidrelétrico de Urrá II, que ganhou força em 11 de julho de 2007, quando as chuvas na montante da barragem evidenciaram a incapacidade de regulação da vazão do rio e todas as turbinas tiveram que ser desligadas.

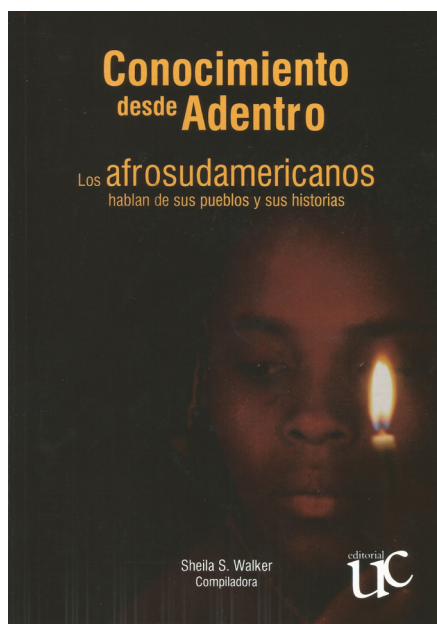
Os manifestantes retornaram ao território. *Kimy Pernía Dominicó*, liderança *Embera*, foi sequestrado e assassinado. Outras lideranças foram ameaçadas e vitimadas pelos grupos paramilitares. O acordo com o governo não foi respeitado. As medidas compensatórias não foram cumpridas e o Projeto Hidrelétrico Urrá II foi retomado, sob outra designação, no governo de Álvaro Uribe.

Urrá causou impactos irreversíveis aos *Embera*. Os autores analisam o legado dos vinte anos do início da construção da usina à inundação do território. A indenização individual tornou muitos *Embera* dependentes do subsídio alimentar e do transporte fornecido pela empresa. Inviabilização da navegação tradicional, morte de lideranças, escas-

sez de peixes e de caças, proliferação de doenças foram o legado de Urrá aos *Embera-katio*. Antes de ser assassinado, *Kimy Pernía Dominicó* resumiu o que o “desenvolvimento” significou para o seu povo:

“[y]o conocí el desarrollo hace como 20 años, un día que un cura de apellido Betancur, nos dijo que si no aceptábamos la represa nos íbamos para el infierno. Para nosotros el desarrollo ha significado el desconocimiento de nuestros derechos, la muerte del pescado, la división de nuestra comunidad, la muerte de Lucindo Domicó. El desarrollo para nosotros es que nos cambiaron de sitio los restos de nuestros muertos como si fueran huesos de animales. El desarrollo para nosotros es que inundan 28 lugares sagrados” (p.123).

Ao ler o livro, tem-se a sensação de que as obras em curso na Amazônia brasileira reeditam o trajeto de Urrá. A noção de “desenvolvimento nacional”, a despeito de sua carga ideológica e vagueza, sendo manejada pelo Estado e empresas privadas como álibi autorizador de toda sorte de violação de direitos indígenas. *Adiós río: la disputa por la tierra, el agua y los derechos indígenas* é essencial para a compreensão da realidade que se quer impor à Amazônia e para a reflexão sobre as possibilidades de resistência.



CONOCIMIENTO DESDE ADENTRO. LOS AFROSUDAERICANOS HABLAN DE SUS PUEBLOS Y SUS HISTORIAS, compilado por Sheila S. Walker Popayán Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2012.

Diego Andrés León Blanco

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, PPGA/UFGA. Bolsista do CNPq.

Los descendiente de africanos en América tiene en común, entre otras cosas, no haber escogido salir de África en las condiciones en las que salieron y bajo los intereses esclavistas y colonizadores europeos, es así como Sheila Walker introduce la noción de la diáspora, el rompecabezas que por derecho y deber histórico y político hay que armar, porque el conocimiento y las tradiciones están ahí, desperdigadas por todo

el continente, que no perecieron, ni tampoco que no se pueda reconstruir como muchos lo han hecho creer, por ejemplo, gobiernos y escuelas amparados en una historia, en la historia oficial, la versión de los opresores con sus ideales hegemónicos. La palabra diáspora “sembrar a través” alude a la idea de sembrar nuevos frutos, reconstruir la historia, identidades y culturas. Transformaciones que, por las circunstancias históricas, constituyen procesos sociales específicos. Ha sido una preocupación de la diáspora identificar las cosas comunes, a veces reducidas a la victimización del tipo, todos somos descendientes de esclavos, sin embargo, lo que renueva el libro *Conocimiento desde Adentro* (2012), es justamente que los elementos comunes hacen parte de otro referente axiológico, en palabras Walker: “Lejos de referirme a un sentido de sufrimiento u opresión común, lo que se destaca para mí son las maneras dinámicas y creativas de apreciar y vivir la vida” (p. 14), por ejemplo, la música, nombres, comidas, fiestas, bailes, instrumentos con los cuales se identifican en varias partes del mundo en función de la diáspora; es el caso de la autora y organizadora del libro Walker en sus experiencias viajando por diferentes partes de África: “Así, mi identidad se fue *diasporando*, ampliándose de una identidad limitada por fronteras nacionales creadas por otros, cuyas dimensiones no definían más mi realidad, a una identidad afrodiaspórica mundial” (p.14). De ahí que la diáspora utilice como metáfora la historia de Osiris, como lo afirma el historiador africano Joseph Ki-Zerbo “África es

como Osiris. Fue desplazada y los pedazos fueron dispersos a través de la tierra”¹. La reconstrucción de Osiris es parte esencial de la diáspora, de hecho este libro son pedazos del rompecabezas, el cual, de cierta forma, interpreta e imagina el pasado para actuar políticamente en el presente: “nos toca discernir e interpretar para conocernos a nosotros mismos y actuar para nuestro bienestar en el siglo XXI” (p. 16). Por eso el libro es una propuesta política, reivindicativa del pasado, se interpreta y reformula la historia y se desmitifican imaginarios, especialmente suramericanos, sobre la presencia afrodescendiente en estos territorios, especialmente en países donde se supone no hay diáspora, países como Bolivia, Ecuador o Argentina, los dos primeros conocidos por mayor presencia indígena y el último donde dice, por ejemplo, la Enciclopedia Británica de 2010, que en Argentina no hay afrodescendientes. Representantes de cada uno de estos países además de Chile, Colombia, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela, configuran discursos “desde adentro” como resistencia y re-identificación para contrarrestar discursos hegemónicos, de ahí que este libro sea principalmente político, y claro, educativo porque tiene la intención de ser didáctico para ser usado en las escuelas, lugar donde la historia oficial niega la existencia de la grande africanidad en América:

“[a]sí, los sistemas educativos que quieren enseñar una historia más inclusiva y verdadera de las Américas tendría materiales para hacerlo. Nuestra idea es hablar de las experiencias de estas comunidades *des-*

de adentro, porque la gran mayoría de materiales escritos sobre ellas habían sido elaboradas por otros, ‘desde afuera’. En general, hay pocos materiales y esta ausencia de producción intelectual contribuye a la idea de que estas comunidades, aunque a veces grandes, son menores de lo que son y de que tienen poca importancia” (p. 19).

Este libro nace bajo la iniciativa de Sheila S. Walker quien, bajo el auspicio del *United Negro College Fund* (Fondo Unido para Universidades Negras), organiza un primer evento de líderes afrodescendientes de todos los países de Sudamérica, en 2003 en Barlovento, Venezuela. Encuentro que fue el preámbulo para convocar a los líderes en la producción de este libro, de ahí que el grupo fue denominado Grupo Barlovento, quienes tuvieron, en este trabajo, de “hablar de la historia, la cultura, y los aportes a la nación, así como sobre la situación actual de cada comunidad, y preparar un libro que serviría de base para la creación de materiales educativos sobre las comunidades” (p. 19). Una serie de encuentros fueron articulando la iniciativa donde se dio prioridad a líderes locales², más que a académicos o investigadores de los afrodescendientes “definiendo claramente a los actores comunitarios como las autoridades de su propia realidad y caracterizando las tradiciones orales como fuentes de sabiduría” (p. 19).

Toda esa diversidad de pueblos y de gentes que se identifican por su ascendencia africana, y reunidos con la intención de entender y redefinir el pasado truncado y violentado por el racismo institucionalizado, descubrieron

tanto las características que tenían en común así como los elementos únicos de cada comunidad. Una de las primeras inquietudes que generaron los encuentros fue la idea de cómo pensarse “desde adentro” ya que históricamente los han definido “desde afuera”, desde el eurocentrismo. Sobre esa inquietud el Grupo creó un “Documento de orientación” para pensarse “desde adentro”, que sería como una guía para orientar las investigaciones. Así fueron temas prioritarios:

“orígenes africanos, esclavitud y abolición, resistencia, relaciones con otros –sobre todo indígenas–, transferencias de tecnología de África a las Américas, demografía, estructuras socio-económicas de las comunidades afrodescendientes, espiritualidad, sabiduría, arte y artesanía, gastronomía, fiestas/música/instrumentos/bailes, y aportes a la nación” (p. 21).

Es importante para este Grupo la necesidad de trascender la identificación de víctima y adoptar una perspectiva protagónica, ya que la primera va en función de la alienación. “hablar ‘desde adentro’, de lo que hicieron los africanos y afrodescendientes, no de los que se les/nos hizo” (p. 22). El gran reto de esta iniciativa es romper con los mitos y mentiras de la historia oficial, desaprender lo que les han dicho que son, “falsas percepciones de sí mismos basadas en una educación eurocéntrica” (p. 23).

Uno de los elementos comunes más importantes para este Grupo, es la exclusión de la historia de una diversidad de pueblos que fueron centrales en la

constitución de las naciones modernas tanto de Europa como de América. De ahí lo central de los estudios demográficos propuestos dentro de la guía que articula las investigaciones.

La mercantilización de una diversidad de pueblos africanos ha sido la “mayor migración forzosa de la historia humana” (p. 11), pueblos que fueron masacrados y desperdigados en todos los lugares que hoy constituyen el continente americano, de ahí que “no hay país de las américas sin población y cultura de origen africano” (p. 23). Esclavización que aunque no fue la primera, sí tiene la nefasta característica de haber cosificado y deshumanizado a millones de seres humanos con rasgos biológicos particulares, durante cientos de años.

A partir el estudio *The Trans-Atlantic Slave Trade Date Base* (Base de datos de la trata negrega transatlántica) registra alrededor de “35.000 viajes de barcos negreros ‘legítimos’ (los de contrabando no dejaron huellas documentadas)” (p. 12), se puede deducir el número aproximado de cuántas personas llegaron, de qué punto de África, si eran niños, mujeres o hombres, con lo que se concluye que “durante los primeros 300 años de los 500 años de la historia de las américas modernas (...) la mayor parte de la población de las américas era africana y afrodescendiente” (p. 12). Afirmación contundente, especialmente por la pregunta colocada por Walker: “¿Cómo se puede pretender contar una historia verdadera de las américas sin hablar de la mayor parte de la población durante la mayor parte de la historia, período en que se estaba formando la base de los nuevos

sistemas político-económicos y socio-culturales?” (p. 12). Es aquí que entra el juego de la verdad como autoridad política hegemónica, porque dicha pregunta cuestiona una narrativa histórica reproducida en los centros educativos y las políticas de Estado, pregunta que no se atreven a responder y se continúa reproduciendo un discurso manipulado que mantiene las desigualdades y frena las reivindicaciones. ¿Acaso no hay quien responda hoy por todo el dinero recaudado por la explotación de millones de seres humanos? Porque muchos bancos y compañías de seguros actuales que existen desde la época, gracias a la esclavización de africanos, se enriquecieron y constituyeron su capital con la cosificación de pueblos que, desde un eurocentrismo perverso y racista, consideraban inferiores, muchos países, empresas, familias se beneficiaron del etnocidio africano que hasta hoy intentan contrarrestar, acallar. Sin la esclavización, sin una mano de obra sin remuneración, el desarrollo industrial de Europa y América no hubiera sido posible, como lo afirma el libro *How Europe Underdeveloped Africa* (Como Europa Subdesarrolló a África) de Walter Rodney (1974).

Por otra parte, para S. Walker fue siempre un conflicto para ella en el espacio académico tener que leer los considerados eruditos y sus profesores, decir y reproducir falsedades del tipo: “retrataron a los africano-americanos como el único grupo que había perdido toda su cultura original” (p. 24). Lo problemático para ella fue que mientras en unas clases se definía a los africano-americanos como grupos sin cultura,

en otras se afirmaba que la diferencia entre los seres humanos y los animales era la cultura. Ella dice: “Yo debí aprender estos insultos para conseguir el doctorado” (p. 24).

En sus viajes y experiencias Walker conoció que en los contenidos académicos de los diferentes programas que señalan el tema Afrodescendiente, así como las políticas de los diferentes países, distorsionaban las realidades culturales de estos pueblos de la diáspora Africana. Un nuevo elemento común que, como diría la autora “sin conocernos, nos reconoceremos”. Por ejemplo, en los centros educativos es común ver que la historia oficial nombra a estos seres humanos esclavizados, como cuerpos, como mercancía, como cosa, pero no como mentes, como productores de historia, sociedad, resistencia. “No aprendimos nada sobre nuestra historia o nuestro presente. Aunque físicamente presentes, estábamos intelectualmente ausentes” (p. 26). Los elementos comunes encontrados permiten configurar los fragmentos de la diáspora en una entidad, por eso identificar los elementos comunes hace parte del trabajo de recoger los pedazos de Osiris. Así que en función de elementos compartidos y la desmitificación de la historia oficial se unen los pedazos. Procesos que se conjugan y articulan en la investigación histórica desarrollada por los líderes locales, por las organizaciones sociales con las cuales se representan. Uno de los focos importantes de una investigación que sea crítica de una historia oficial es desmentir la idea de esclavización pasiva a la que se ha reducido a una diversidad

de pueblos que lucharon y resistieron.

“[t]iene un impacto distinto en nosotros el saber con pruebas documentales que estos antepasados no se dejaron cosificar; que aportaron tecnología sofisticada traída desde África, necesaria para desarrollar las nuevas sociedades de las américas; que crearon nuevas culturas; que mantuvieron sus maneras de transmitir la sabiduría ancestral; que resistieron de múltiples maneras desde el principio al final, en todos los lugares, a un sistema basado en diversas formas de violencia externa” (p. 28).

Los intereses esclavistas y coloniales, además de cosificar y mercantilizar seres humanos, eran invisibilizar rasgos culturales con la intención de facilitar la desaparición física, de ahí que la pérdida de sus lenguas, vestidos, expropiación de tierras, control de la memoria y el pasado. Todo esto, elementos para desaparecerlos de la historia para deslegitimar cualquier tipo de emancipación y resistencia. Sin embargo, lo que busca este estudio es justamente desmentir esa desaparición física y cultural que pregona la historia oficial, la historia de los esclavistas. Uno de los “viejos mitos” como los llama la autora, es la mentirosa afirmación: “se les dio la libertad”. Sentencia que presupone la pasividad de africanos y afrodescendientes frente al sistema esclavista y oculta las diversas formas de resistencia que desarrollaron estos grupos para escapar de la opresión, por ejemplo, el cimarronismo, muy característico del Perú, al que en un principio se interpretó como la fuga del sistema esclavista, es sobre todo “una forma

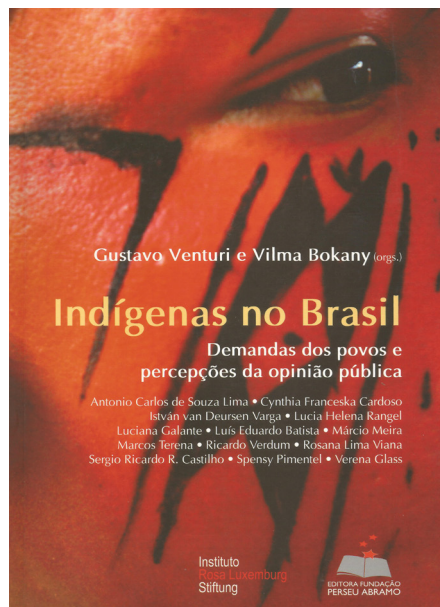
de organización de africanos y afrodescendientes en contra del sistema esclavista, la que exigía tremendos conocimientos y estrategias” (p. 36). Así vienen apareciendo nuevos elementos negados por los europeos a los africanos, por ejemplo, sus grandes conocimientos tecnológicos, especialmente de agricultura, sus potenciales en artesanía y música. Muchos esclavistas que tenían a africanos y afrodescendientes en sus casas como objetos de lujo, los tuvieron también por sus conocimientos domésticos, muy importantes para mantener grandes haciendas, además, comenta el afrodescendiente Angola Maconde que los afrobolivianos libres en periodo colonial “ganaron una vida independiente por tener oficios especializados ordinarios, como los de zapatero y barbero, y extraordinarios, como el de dorador de retablos... afrobolivianos que tenían también escuela de baile clásico” (p. 44).

Así, *Conocimiento desde Adentro. Los afro-sudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias*, es una investigación local, de tradiciones orales, con intereses políticos de resistencia y emancipación que quiere calar no sólo dentro de los círculos sociales de los africanos y afrodescendientes, busca ir más allá de una proyección al pasado, más allá de reconfigurar imaginarios históricos constituidos desde el poder esclavista y colonizador. Este estudio pretende, principalmente, actuar en el presente, introducirse en la institucionalidad actual que continua reproduciendo una memoria manipulada para fines de control de pueblos que históricamente han resistido a una política racista.

NOTAS

¹ “Osiris era un rey benéfico del antiguo Egipto. Su rival, Seth, que quería el trono para sí, le tendió una trampa. Mató al rey y despedazó su cuerpo, dispersando los pedazos a lo largo y ancho de la tierra. La reina Isis, consorte el rey muerto, utilizó sus poderes divinos para descubrir cada pedazo. Osiris se convirtió en el dios de la resurrección: una excelente metáfora para la diáspora africana” (p. 15).

² “La mayoría de los miembros del grupo no tiene una formación académica de investigador. Son más bien profesionales en otras áreas, líderes de organizaciones comunitarias, más activistas que estudiosos, y hasta poetas” (p. 20).



INDÍGENAS NO BRASIL: DEMANDAS DOS POVOS E PERCEPÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA, organizado por Gustavo Venturi e Vilma Bokany. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abra-

mo, 2013.

Rosani de Fatima Fernandes

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, PPGA/UFPA. Bolsista da CAPES.

Tendo como objetivo trazer a público o debate sobre uma questão contemporânea, o livro *Indígenas no Brasil: Demandas dos povos e percepções da opinião pública*, organizado por Gustavo Venturi e Vilma Bokany conta com a participação de especialistas indígenas e não-indígenas, profissionais de diversas áreas relacionadas à temática que discutem aspectos centrais para a compreensão dos desafios históricos e atuais dos mais de 300 povos indígenas no Brasil hoje.

Os artigos foram elaborados a partir dos resultados da pesquisa realizada entre 2010 e 2011 pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com o Instituto Rosa Luxemburg (RLS), pesquisa esta que procurou identificar as demandas dos povos indígenas e a percepção da opinião pública, o que dá título à obra. Com o propósito de subsidiar as discussões e de contribuir para a formulação de políticas públicas para povos indígenas. Os textos são convites a um conhecimento mais aprofundado dos principais problemas enfrentados quotidianamente pelos povos indígenas, aldeados ou não. Além disso, o livro constitui importante aporte para o fomento de debates com o intuito de promover a diminuição das inúmeras formas de violência e discriminação contra os indígenas no Brasil hoje.

A leitura introdutória é importante,

porque situa o contexto da realização da pesquisa que orienta a elaboração do livro, os entrevistados possibilitam a percepção de três perspectivas diferentes: (1) da população brasileira adulta (acima de 16 anos), cujos dados foram obtidos por amostra, em diferentes cidades brasileiras; (2) de indígenas não aldeados ou urbanos que residem na periferia de grandes cidades; (3) de lideranças indígenas, de diferentes etnias e regiões do Brasil.

Dentre os indígenas que participaram da pesquisa, 52 lideranças foram selecionadas aleatoriamente, entre lideranças masculinas e femininas de 46 etnias, de diferentes regiões do Brasil que atuam em áreas específicas e estratégicas para os povos e movimentos indígenas como terra, saúde e educação.

Ao manusear o livro, chama atenção em especial a última parte, destacada com papel diferenciado, que apresenta os resultados como anexo denominado *Síntese da Pesquisa* e cujos gráficos e tabelas contém informações discutidas pelos autores nos textos que integram a obra, além disso, junto à apresentação dos dados tabulados, estão diversas imagens de indígenas em cores retratando aspectos do cotidiano dos povos, o que denota a qualidade da elaboração do material.

Dentre as temáticas abordadas nos artigos estão: justiça, direitos, violação de direitos humanos, movimento indígena, luta pela terra, indígenas nas cidades, projetos desenvolvimentistas e saúde indígena. Nos oito artigos, antropólogos, lideranças indígenas, indigenistas, assessores e consultores de

Organizações Não Governamentais (ONG) problematizam os resultados da pesquisa e as percepções da opinião pública acerca de diferentes eixos norteadores. Além de contextualizar os números apresentados pela pesquisa, os autores trazem as narrativas indígenas à cena, tornando a leitura ainda mais instigadora e interessante.

Em “A justiça e os direitos dos povos indígenas”, Ricardo Verдум mostra como diferentes sociedades indígenas acionam os sistemas de direito e justiça, internos e externos às comunidades, destacando a relação dialética que os mesmos estabelecem com os agentes externos e a importância do exercício da autonomia nos assuntos que dizem respeito às questões internas das aldeias. Verдум destaca que os sistemas de direito e justiça indígenas foram historicamente invisibilizados pelo etnocentrismo e pelo colonialismo interno e conclui mostrando a importância da presença do Estado, principalmente na mediação de conflitos territoriais que são recorrentes e marcados pela violência e pela violação do direito à autonomia territorial. Alerta para inexistência de mecanismos de consulta indígenas quando se trata de empreendimentos econômicos, chamando atenção especial aos processos de licenciamento ambiental que não consideram a participação indígena como direito assegurado.

No artigo “O movimento indígena como voz de resistência”, Marcos Terena, liderança nacionalmente conhecida pela atuação em defesa dos direitos indígenas, retoma a trajetória da União das Nações Indígenas (UNIND), for-

mada por 15 estudantes indígenas, entre 1977 e 1981, em pleno regime ditatorial no Brasil. Terena, como integrante do grupo, rememora os desafios e as dificuldades enfrentadas para consolidação do movimento indígena no Brasil, fazendo referência as alianças estabelecidas com organizações da sociedade civil que colaboraram para o reconhecimento de direitos indígenas na Carta Magna de 1988. Retomando o histórico da política indigenista no país, Terena destaca a importância da participação indígena na elaboração das políticas de Estado como forma de superação do estereótipo de incapacidade indígena para novas posturas institucionais compromissadas com os povos indígenas.

“Povos Indígenas, preconceito e ativismo político: a luta contra a percepção colonial dos indígenas no Brasil contemporâneo” é o título do artigo elaborado por Antonio Carlos de Souza Lima e Sergio Ricardo Rodrigues Castilho. A partir da leitura dos dados da pesquisa, os autores mostram como a sociedade brasileira ainda reproduz preconceitos de origem colonial, o que gera violência contra os povos indígenas nas diferentes regiões do país, sobretudo pelo não reconhecimento das coletividades indígenas como sujeitos de direito. A reprodução no imaginário nacional de estereótipos e preconceitos contra indígenas continua tentando mantê-los na “redoma do exótico”, que considera o “índio verdadeiro” e puro, intocado, por isso, carecendo sempre de mediadores para o contato com o mundo externo, o que demonstra, na realidade, uma enorme lacuna nos sis-

temas de ensino quando o assunto é povos indígenas e suas demandas.

A “Violação dos direitos humanos e a luta pela terra Guarani-Kaiowá: tragédia demais para um grupo indígena” é o tema da discussão realizada por Spensy Pimentel, que destaca a falta de divulgação de informações adequadas com relação às questões territoriais e povos indígenas, indicando que a maioria dos dados veiculados pelos meios de comunicação destinados ao grande público reforça o estereótipo de que “há muita terra para pouco índio”, buscando, sobretudo, difundir os interesses de setores anti-indígenas da sociedade como ruralistas, mineradoras, entre outros interessados na redução e exploração dos territórios indígenas. Ao mesmo tempo em que apresenta números do desconhecimento e do descaso com relação aos territórios indígenas, Pimentel denuncia o confinamento e a falta de políticas públicas que garantam a sobrevivência dos povos indígenas, sobretudo pela situação vivenciada no estado do Mato Grosso do Sul, onde cerca de 45 mil *Guarani-Kaiowá* ocupam cerca de 42 mil hectares, vivendo de forma insustentável, o que passou a ser oficialmente denominado de “crise humanitária”. Para finalizar, o autor destaca a importância da implementação da Lei N.º. 11.645 nas escolas como forma de superar preconceitos e aproximar as futuras gerações das reais problemáticas e demandas dos povos indígenas.

Os direitos indígenas e a política indigenista do Brasil são discutidos por Márcio Meira no artigo intitulado “Direitos Indígenas no Brasil: reveses,

avanços e contradições”. Os dados discutidos por Meira informam que a maioria da população brasileira desconhece a legislação específica que trata dos direitos indígenas. De forma sucinta, Meira retoma os principais referenciais legais sobre os direitos indígenas no Brasil hoje, no âmbito nacional e internacional. Contextualiza a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criado em 1910 e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que substituiu o SPI em 1967 e acumulou uma série de irregularidades e desmandos contra os povos indígenas, o que configura violação de direitos humanos. Meira também mostra como a reestruturação do órgão vem sendo pensada e executada, principalmente, no que se refere ao papel de articulação que a FUNAI exerce atualmente junto aos povos indígenas, incorporando a temática indígena nas ações de governo.

A “Presença Indígena nas cidades” é discutida por Lucia Helena Rangel, Luciane Galante e Cynthia Franceska Cardoso. As autoras mostram que a migração de indígenas para os grandes centros urbanos é, em muitos casos, a forma encontrada por muitas famílias indígenas para acessar direitos, sobretudo, em se tratando de saúde e educação, na busca de melhores condições de vida. Conforme mostram os resultados da pesquisa, a busca por escolarização e serviços de saúde são fatores preponderantes na saída das famílias indígenas das aldeias para, na maioria dos casos, residir nas periferias das cidades. Os conflitos internos das próprias comunidades também levam muitos indígenas a enfrentarem a dura

realidade das cidades, onde estão mais sujeitos ao preconceito e à discriminação relacionados ao pertencimento étnico que, em geral, associam os indígenas ao alcoolismo, à incapacidade, à preguiça, à selvageria entre outras formas de racismo e intolerância. A presença, quase sempre indesejada pelos não indígenas, é também manifesta nas escolas, nos postos de saúde onde procuram atendimento e onde são homogeneizados. A não demarcação e a diminuição dos territórios também são apontadas na pesquisa e discutidas pelas autoras como a causa da migração de indígenas para as cidades, onde são, muitas vezes, hostilizados, tendo negado o direito às políticas públicas específicas para os povos indígenas, o que constitui problema a ser enfrentado para que todos tenham acesso às condições dignas de vida.

O artigo de Verena Glass, intitulado “PAC 2: acelerando a tristeza na Amazônia”, é mais uma das muitas denúncias acerca da violência e desrespeito com que os povos indígenas vêm sendo tratados nas questões relacionadas à implantação dos chamados “projetos de desenvolvimento” na Amazônia. Os relatos de indígenas, ribeirinhos e pescadores endossam os argumentos da autora que mostra como o Estado brasileiro vem promovendo verdadeira “antropofagia governamental e jurídica”, descumprindo a legislação que determina o direito de consulta livre, prévia e informada antes do início de qualquer obra que impacte territórios que abrigam povos indígenas e populações tradicionais.

A temática de saúde indígena é discuti-

da por István van Deursen Varga, Luís Eduardo Batista e Rosana Lima Viana em “Saúde da população Indígena: do paradigma da tutela ao horizonte das políticas de promoção da igualdade racial”, em que mostram o controle social ainda como o maior desafio da política nacional de saúde para os povos indígenas. Além disso, apontam que os modelos de gestão não condizem com as expectativas, elaborações discutidas e aprovadas nas Conferências de Saúde Indígena (em um total de cinco, sendo a última realizada em 2013) e que a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) não representou autonomia e descentralização de recursos conforme reivindicado pelos movimentos indígenas, pelo contrário, a SESAI continua reproduzindo o mesmo sistema de gestão da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), mantendo práticas autoritárias, clientelistas e centralizadoras.

Como é possível perceber, um dos pontos interessantes da obra é que os textos dialogam e se complementam e apresentam discussões importantes sobre diversas dimensões da vida indígena. Por apresentar informações quantitativas, a leitura é indispensável, tanto para acadêmicos que discutem o tema, quanto para técnicos que atuam em instituições públicas ou não junto aos povos indígenas e, ainda, constitui material interessante para o trabalho pedagógico em escolas indígenas e não indígenas, como forma de problematização das lutas e enfrentamentos vivenciados pelos povos indígenas no Brasil.

Também considero a obra importante

contribuição às discussões realizadas no âmbito dos movimentos indígenas, pois possibilita o olhar ampliado sobre a percepção das principais demandas indígenas, o que inclui prioritariamente terra, saúde e educação. Outra particularidade que torna a leitura ainda mais interessante é a percepção das próprias lideranças indígenas, que confirmam os números apresentados e denunciam a continuidade do racismo e do preconceito institucional, que configura a atualidade grandes obstáculos para efetividade de direitos que seguem sendo violados e violentados, como é o caso da negação à participação nas decisões que dizem respeito ao futuro dos povos indígenas enquanto coletividades diversas. Por tratar de temas polêmicos e ao mesmo tempo cruciais para os movimentos indígenas, o presente livro é, sem dúvida, leitura obrigatória para aqueles que se indignam com as injustiças e almejam dias melhores para a diversidade cultural em nosso país.